

NACIONALIZAÇÕES E TRANSIÇÃO SOCIALISTA NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA (1974-75)

Ricardo Noronha¹

Resumo: O golpe militar de 25 de Abril de 1974 precipitou uma crise de Estado em Portugal, assinalada pelo reforço dos partidos de esquerda e pelo crescente protagonismo político dos militares do Movimento das Forças Armadas. Num contexto de crise da economia mundial e de radicalização dos conflitos laborais, a força da mobilização colectiva no interior das empresas contribuiu para que a transição democrática assumisse a forma de um processo revolucionário. Implicou também um substancial reforço da intervenção do Estado na esfera económica, por via da nacionalização do sistema financeiro e dos grandes grupos económicos que o controlavam. Este artigo propõe-se interpretar as dinâmicas políticas e sociais que conduziram às nacionalizações, bem como a natureza dos projectos de reestruturação e planificação económica que delas resultaram, inspirados na ideia de uma «via portuguesa para o socialismo».

Palavras-chave: Revolução, Nacionalizações, Socialismo, Conflito social

Abstract: The military coup of 25 April 1974 produced a State crisis in Portugal, marked by the rise of the Left and the growing political commitment of the military of the Armed Forces Movement (MFA). In a context of global economic crisis and radicalization of labour conflicts, the strength of collective mobilization in workplaces contributed to turn the democratic transition into a revolutionary process. It produced a remarkable reinforcement of State intervention over the economy, due to the nationalization of the financial system and of the trusts that controlled it. This article seeks to interpret the political and social dynamics that led to the nationalizations, as well as the nature of the projects of economic planning and restructuring that accompanied them, inspired on the idea of a "Portuguese path towards socialism".

Key-Words: Revolution, Nationalizations, Socialism, Social conflict

1. Introdução

A nacionalização do sector bancário em Portugal, deliberada a 14 de Março de 1975 pelo Conselho da Revolução, através do Decreto-Lei 132-A/75, ultrapassou largamente limites estreitos de uma medida legislativa. Debatida há vários meses, a medida havia até aí sido encarada com extremas cautelas pelos ministros dos três primeiros Governos Provisórios e pelo Movimento das Forças Armadas (MFA),

¹ Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, ricardo.noronha@gmail.com.

provocando notórias divisões no seio de uns e outro. Ficou por isso fora do Programa de Política Económica e Social aprovado em Fevereiro pelo III Governo Provisório e elaborado por uma equipa de economistas e técnicos de planeamento liderada pelo Major Melo Antunes (Governo Provisório da República Portuguesa, 1975). É nas movimentações, posições públicas e estratégias adoptadas por organizações sindicais e comissões de trabalhadores que podemos encontrar o fio vermelho que conduziu a essa decisão. A opção de seguir essas movimentações e de passar em revista os discursos que as rodearam implica atribuir à mobilização colectiva da classe trabalhadora uma importância central relativamente aos espaços de decisão institucional. O aspecto decisivo deste processo foi a transformação da natureza e enquadramento dos conflitos laborais, que passaram de casos de polícia a elementos estruturantes da situação política num tempo historicamente curto. Deslocada a perspectiva, das salas de reuniões ministeriais para as assembleias e plenários de trabalhadores, de círculos restritos de empresários e quadros bancários para um espaço público subitamente em ebulição ao fim de décadas de censura, começam a delinear-se com maior clareza os problemas inerentes ao tema.

Embora seja concebível um processo de nacionalização do sistema bancário favorável aos interesses dos empresários mais poderosos de um determinado país, o centro de gravidade do processo que conduziu à nacionalização da banca em Portugal foi, nomeadamente a partir de Outubro de 1974, a crescente oposição entre poder político e poder económico no quadro de uma agudização da luta de classes. A liquidez da banca comercial e a sua prática de concessão de crédito tornaram-se desde cedo temas centrais do conflito entre banqueiros e bancários, com implicações ao nível da política económica e da actuação do Banco de Portugal (Varela *et al.*, 2012: 225-236). A evolução do conceito de “sabotagem económica”, cujo significado se ampliou até englobar todas as actuações empresariais contrárias aos interesses dos trabalhadores assalariados, sugere que as coisas da economia e as coisas da política se tornaram progressivamente inseparáveis, até ao momento em que uma “via portuguesa para o socialismo” se impôs como o único horizonte aceitável na esfera pública.

Mas nada disso estava escrito nas estrelas quando os blindados de Salgueiro Maia abandonaram a Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, no dia 25 de Abril de 1974. Mais do que identificar as posições políticas e o perfil psicológico dos militares que decidiram nacionalizar a banca, importa sublinhar a coincidência entre a queda da ditadura e o abalo da ordem capitalista, resultante do conjunto das contradições contidas

na formação social portuguesa: a alta concentração operária nas cinturas industriais de Lisboa e Porto, a combatividade e número do proletariado rural nos campos do sul, a extrema pobreza dos camponeses pobres do centro e norte do país, a amplitude da insurreição nas colónias e o impacto da luta armada dos movimentos de libertação nacional. Grande parte dos problemas enfrentados pela economia portuguesa a seguir ao 25 de Abril tinham raízes profundas nos anos anteriores e o processo de industrialização do pós-guerra continha já em embrião os elementos da sua crise posterior (Santos, 1977). Se as dificuldades económicas eram notórias desde o Outono de 1973 (o primeiro trimestre de 1974 registara já um agravamento da balança de pagamentos, com um défice da balança comercial de 7 milhões de contos e uma descida de 25% do índice geral das acções na Bolsa de Lisboa), o colapso da ditadura veio reforçá-las substancialmente, fazendo coincidir crise do Estado, crise da economia e crise de legitimidade (Cerezales, 2003: 21-54). É enquanto resposta a esta tripla crise que a nacionalização do sector bancário deve ser entendida.

2. A «orquestra da sabotagem económica»

O golpe militar de 25 de Abril de 1974, que pretendia uma transição institucional rápida e moderada, desencadeou uma sucessão de eventos imprevisíveis. A partir do início de Maio começaram a surgir processos reivindicativos e conflitos laborais na zona de Lisboa, iniciando um surto grevista sem precedentes (Santos *et al.*, 1975). Este surto grevista, acompanhado pelo movimento de ocupações de imóveis por parte dos moradores mais pobres dos grandes centros urbanos, concorreu de forma decisiva para que fossem ultrapassados os objectivos expressos no programa do Movimento das Forças Armadas, convertendo a transição democrática iniciada pelo golpe militar num processo revolucionário que veio colocar em questão o conjunto das relações sociais. Confrontado com este cenário, o I Governo Provisório procurou conter os movimentos reivindicativos e estabilizar as relações laborais. Na ausência de mecanismos consolidados de contratação colectiva ou de negociação em torno das relações laborais, e num momento em que uma solução repressiva generalizada se encontrava fora de questão, tornou-se urgente resolver o problema da representação operária e da mediação do conflito através da cooptação do Partido Comunista Português (PCP) - e da sua influência sobre a Intersindical - para o 1º Governo Provisório, onde Avelino Gonçalves (presidente do Sindicato dos Bancários do Norte e

militante daquele partido) assumiu a pasta do Trabalho. As organizações sindicais passaram assim de um estatuto de semilegalidade para uma posição decisiva no aparelho de Estado num curto espaço de tempo.

A necessidade de estabilizar as relações laborais tornava imprescindível o controlo do processo inflacionário e a estabilização dos salários reais, de maneira a conter novos movimentos grevistas. Através do Decreto-Lei 217/74 (27 de Maio), foi estabelecido um salário mínimo nacional (em 3300\$00) e congelados os preços dos bens e serviços em todas as fases de produção, transformação e comercialização². Outras medidas legislativas tomadas neste período acentuavam a necessidade de conciliar os interesses do trabalho e do capital no sentido de consolidar regime democrático. O resultado não correspondeu às expectativas: o salário mínimo foi considerado insuficiente e largamente ultrapassado nas maiores empresas (Lisnave, Setenave, Siderurgia Nacional, TAP, EFACEC, SOREFAME) pela força da mobilização operária, capaz de impor plataformas contratuais que fixavam o salário mais baixo em 6000\$00; mas foi considerado excessivo por um grande número de empresários e gestores, sobretudo os que possuíam ou administravam empresas de pequena e média dimensão ou situadas em sectores virados para a exportação - como o têxtil, o calçado, a cortiça ou as conservas -, que faziam dos reduzidos custos laborais o seu principal factor competitivo e se viam impossibilitados de fazer repercutir na formação dos preços os aumentos de custos. Acrescia a essa dificuldade o facto de um grande número dessas empresas estarem – ainda antes do 25 de Abril - dependentes da concessão de crédito, frequentemente a curto prazo e sujeito a taxas de juro elevadas, sentindo por isso inúmeras dificuldades de tesouraria.

O I Governo Provisório procurou levar a cabo uma política de relançamento económico, concedendo crédito à banca privada a uma taxa preferencial, através do redesconto junto do Banco de Portugal, de maneira a responder às dificuldades financeiras das empresas (nomeadamente as pequenas e médias). Reforçado e ampliado pela dinâmica de crescimento económico dos vinte anos anteriores, o sistema bancário tornou-se uma peça-chave da política económica, com destaque para os bancos integrados nos sete grandes grupos económicos: Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, Banco Totta e Açores, Banco Borges & Irmão, Banco Fonecas & Burnay, Banco Pinto & Sotto Mayor e Banco Português do Atlântico

² *Diário do Governo*, nº123, I Série, p.654

(Ribeiro *et al.*, 1987). Devido aos problemas de liquidez do sector – agravados pela imobilização forçada da sua carteira de títulos e participações financeiras, na sequência do encerramento da bolsa de valores - parte substancial do crédito foi assumido pelo Estado. No total, foi calculado em 37% o aumento total da massa monetária nos anos de 1974 e 1975 (Ferreira, 1977: 37). O redesconto da banca comercial junto do Banco de Portugal atingiu em 1974 os 42,284 milhões de contos (contra apenas 9,067 milhões de contos no ano anterior), apesar da respectiva taxa ter aumentado de 5% para 6,5% a 24 de Agosto, subindo para 7,5% a 21 de Dezembro.

A situação foi sintetizada pelo Governador do Banco de Portugal, Jacinto Nunes, numa entrevista concedida ao semanário «Expresso»:

Num país na nossa situação estrutural e conjuntural são extremamente complexas as tarefas do Banco Central. Há que realizar um equilíbrio difícil entre a luta contra a inflação e o estímulo ao desenvolvimento económico. Em primeiro lugar, dado o *déficit* da balança cambial no primeiro semestre, a diminuição do ritmo de actividade em certos sectores e um injustificado aumento da preferência pela liquidez (traduzida na posse de notas em casa), o Banco tem procurado exercer uma acção compensatória. O redesconto tem sido aumentado substancialmente para atender também às necessidades de financiamento, resultantes de vários factores entre os quais avultam a forte alta do preço de mercadorias³.

O aumento do redesconto dava porém origem a outro tipo de problemas, uma vez que o banco central se via incapaz de avaliar a aplicação do crédito. Às instituições governamentais chegavam, desde o início do Verão, cartas de pequenos e médios empresários industriais, que se queixavam da retracção do crédito e da recusa de desconto de letras comerciais em agências bancárias onde sempre haviam sido considerados clientes de confiança. A situação era suficientemente alarmante para motivar o envio, a 9 de Julho, de um ofício confidencial do sub-Secretário de Estado do Tesouro ao Vice-Governador do Banco de Portugal:

Têm sido recebidas nesta Secretaria de Estado inúmeras cartas que invocam a retracção de crédito por parte da banca comercial portuguesa. Não pôde nem pode esta Secretaria de Estado tratar de tais matérias casuisticamente e abordou-se, desde logo, a tomada de decisões de acção global que se têm vindo a concretizar, sendo de assinalar, entre outros factos, o aumento significativo de redesconto de papel, proporcionado por esse Banco⁴.

³ “Jacinto Nunes ao Expresso”, *Expresso*, 06/07/1974, p.13

⁴ Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Gabinete do Ministro das Finanças, 33- Banco de Portugal, ref^o 0000 0011 0259

Os problemas de liquidez das instituições de crédito levavam a que estas servissem, em termos práticos, como intermediárias entre a emissão monetária e as empresas que procuravam obter financiamento. A 7 de Agosto, Jacinto Nunes dirigiu-se ao Ministro das Finanças, José Silva Lopes, num memorando confidencial:

Em relação a alguns desses estabelecimentos a situação de liquidez atinge aspectos alarmantes. Um deles, ontem, veio referir que dispõe apenas no Banco de Portugal de cerca de 12 mil contos – trata-se de um dos maiores bancos portugueses. Houve que, ontem à noite e hoje de manhã, estar a estudar operações que o habilitassem hoje a enfrentar os possíveis efeitos negativos da sessão de compensação da manhã. [...] O crédito concedido pelo Banco Central está assim a traduzir-se em simples acréscimo de circulação, nada ficando retido no circuito bancário. Por outro lado, não se dispõem de informações fidedignas sobre o destino final do crédito concedido, pois se a sua mobilização se faz por papel comercial «aceitável» pelo Banco Central, a sua aplicação ulterior é insusceptível de controlo⁵.

Sabendo-se que os principais bancos privados portugueses se encontravam inseridos em grandes grupos económicos, possuidores de investimentos dispersos por um vasto número de empresas, existia a forte possibilidade de o dinheiro avançado pelo Banco de Portugal ser aplicado segundo os interesses específicos dos grandes empresários e em detrimento dos enunciados fundamentais da política económica governamental. Neste contexto, a actuação da banca comercial passou a ser um tema decisivo do combate político e social, subindo de tom o que o economista Alfredo de Sousa viria a denominar «a orquestra da sabotagem económica» (Sousa e Ferreira, 1976).

Desde Maio que o Sindicato dos Empregados Bancário de Lisboa, em cuja direcção predominavam militantes do PCP, assumia um poder crescente. Após a formação de piquetes no dia 25 de Abril, de maneira a evitar levantamentos massivos e dissuadir eventuais actos de pilhagem, a direcção sindical reuniu com o General Silvério Marques (da recém-formada Junta de Salvação Nacional) para abordar vários assuntos relacionados com o regular funcionamento do sector, iniciando a formação de uma estrutura para coordenar a vigilância das actividades bancárias:

Integrámos várias delegações que se avistaram com os oficiais das Forças Armadas e, sobretudo, participámos intensamente no controlo da actividade bancária, com vista a fazer respeitar directrizes da junta de salvação nacional, ou seja, impedir a fuga de capitais e manobras especulativas. Dos contactos estabelecidos com elementos da Junta e do Movimento foi realçado por estes

⁵ “Ofício n.º533”, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Gabinete do Ministro das Finanças, 33- Banco de Portugal, ref.º 0000 0001 0073/74

e até declarado publicamente, perante vários dirigentes sindicais, a colaboração do nosso sindicato e muito especialmente da nossa rede de Delegados no controlo possível da actividade bancária, tendente a evitar uma situação grave para o país⁶.

A disponibilidade para colaborar com o governo provisório e com a Junta de Salvação Nacional, bem como o firme apoio ao MFA, coincidia com uma desconfiança generalizada relativamente às administrações das instituições de crédito, manifestada na moção aprovada a 27 de Junho numa assembleia geral:

... perante informações alarmantes de que a banca portuguesa está a pôr em prática uma política de crédito contrária aos interesses da economia nacional e que pode a curto prazo levar o país a uma situação de caos económico que urge evitar por comprometer as liberdades conquistadas pela revolução de 25 de Abril, os trabalhadores bancários requerem do Governo Provisório medidas imediatas para o saneamento da situação, nomeadamente a concretização do Programa do Governo em relação aos bancos emissores. [...] O patronato, perdido que foi o apoio policial, perdida que foi a matraca, reduzido que foi o apoio do Ministério das Corporações e das estruturas corporativas, o patronato, habilmente, tenta fazer qualquer coisa para que tudo fique na mesma⁷.

As “informações alarmantes” resultavam da fiscalização levada a cabo pelas estruturas sindicais. A rede de delegados sindicais cobria praticamente toda a actividade bancária nos centros urbanos e revelava-se capaz de detectar e avaliar grande parte dos actos de gestão e concessão de crédito, fiscalizando a sua aplicação. Constituíra-se um contrapoder no interior da banca, capaz de exercer o controlo e a vigilância sobre as administrações e sobre os movimentos de capitais, de interpelar o Governo, o Banco de Portugal ou o MFA, com dados e exemplos concretos relativamente a desvios de fundos e financiamentos ilícitos. O discurso sindical sublinhava incessantemente as ligações da oligarquia financeira ao regime deposto, associando a recusa de crédito às pequenas e médias empresas ao objectivo de degradação da situação económica e fragilização do Governo provisório e do MFA.

3. A «conspiração da alta finança»

Os acontecimentos do fim-de-semana de 28 e 29 de Setembro de 1974 foram decisivos para a evolução do discurso político contra os grandes empresários, com

⁶ *Informação MAG-7*, 16/05/1974, Arquivo do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

⁷ Arquivo do Gabinete do Ministro das Finanças, Pasta 14. Inspecção-Geral de Crédito e Seguros, ref.^a 004 0061 0834

destaque para os que estavam ligados ao sector financeiro. A evolução da situação política a seguir ao 25 de Abril levava os sectores políticos e militares conservadores reunidos em torno de Spínola a procurar uma solução autoritária para a crise de poder, que assegurasse um regime com fortes poderes presidenciais, uma descolonização indolor e um relançamento económico sem rupturas, repondo a autoridade nas ruas, nas empresas e nas escolas. Surgira ao longo do Verão uma pequena mas aguerrida constelação de partidos de extrema-direita, caracterizados pela defesa intransigente do império e pela oposição ao MFA e ao Governo Provisório, cujo discurso se alinhava cada vez mais pelo do General: o Partido do Progresso, o Partido Liberal, o Partido Nacionalista Português, o Movimento de Acção Português e o Movimento Popular Português. A 10 de Setembro, Spínola denunciou “o assalto sistemático a centros de decisão por grupos à margem de toda a ordem jurídica e até institucional”, enunciando um apelo que se revelaria decisivo:

A maioria silenciosa do povo português terá pois de despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra, servindo-se das técnicas bem conhecidas da manipulação de massas para conduzir e condicionar a emotividade e o comportamento de um povo perplexo e confuso por meio século de obscurantismo político⁸.

No dia anterior, numa reunião entre dirigentes dos vários partidos de extrema-direita fora decidida a realização de uma manifestação a 28 de Setembro, defendendo a atribuição de plenos poderes a Spínola, permitindo-lhe plebiscitar imediatamente uma Constituição inteiramente elaborada pelos sectores político que lhe eram mais próximos e remeter os partidos de esquerda e o MFA para fora dos centros de decisão política. A expressão “maioria silenciosa” foi adoptada para efeitos propagandísticos e a sua organização parece ter contado com relevantes apoios financeiros por parte da banca privada:

Verificando-se a falta de dinheiro para a organização da manifestação, em particular no que se relacionava com a propaganda (cartazes, panfletos e sua distribuição, publicidade nos jornais e televisão), cujos gastos estavam previstos num orçamento de cerca de dois mil contos, o General Kaúlza de Arriaga estabeleceu com o Tenente-Coronel Figueiredo, no final de uma das reuniões preparatórias em que o problema foi levantado, contactarem com certas pessoas para o conseguirem. E efectivamente, em menos de 48 horas apareceu na SINASE uma livrança do montante de mil e quinhentos contos sacada sobre o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa que Manuel Magalhães, da comissão organizadora, parente da família Espírito Santo e

⁸ (Mello, 1976: 86-87)

funcionário superior daquele banco, pediu a um dos organizadores para assinar⁹.

Desde o início de Setembro que os bancários organizavam uma rigorosa vigilância sobre o sector financeiro. A teia de financiamentos das movimentações da extrema-direita foi denunciada pela Comissão de Delegados Sindicais do BESCL, que compilou várias informações e documentos relativos ao financiamento concedido ao Partido Liberal e ao Partido do Progresso, seguindo a pista do dinheiro empregue nos preparativos da manifestação (Carvalho *et al.*, 1975). Quando, em 1979, devido a um conjunto de artigos publicados no jornal «O Diário» acerca das dívidas de Francisco Sá Carneiro para com o BESCL, o conselho de gestão abriu um inquérito à quebra do sigilo bancário, veio a concluir que “no ano de 1975, saíram do Banco inúmeros documentos que não só serviram para a publicação do livro «Sabotagem Económica-Dossier Banco Espírito Santo» como para basear artigos do jornal «O Diário» ou até de discursos de políticos em época de campanha eleitoral”¹⁰. José Miguel Júdice, à época dirigente do Partido do Progresso, viria a confirmar mais tarde o procedimento adoptado: “Os grupos empresariais deram apoio a todos os partidos políticos, do PS para a direita. Como é que se fazia? Através da autorização dada a certas pessoas indicadas por esses partidos para que pudessem obter o dinheiro através de uma livrança. Portanto, levava o dinheiro e depois pagava” (Fernandes e Santos, 2005: 42). Um dos vértices da mobilização foi o Eng^o Sousa Machado, administrador da Companhia Mineira do Lobito – ilustrando o envolvimento de meios empresariais contrários à descolonização -, associado a “dois ou três financeiros que apoiavam esta intervenção, sendo utilizada para o efeito uma empresa chamada SOCESA” (Bernardo, 2004: 35-37). Um jornal de extrema-direita particularmente activo, o «Bandarra», contava com uma publicidade de página inteira do Banco Pinto & Sotto Mayor e era dirigido por Miguel Freitas Costa (ex-redactor de órgãos conotados com o Estado Novo, como o «Diário da Manhã» e o «Agora») – sendo propriedade da Editorial Restauração e tendo com principais accionistas Pedro Soares Martinez, Filipe de Bragança e o Conde de Caria¹¹ (Partido Comunista Português, 1976).

Semelhantes movimentações não passaram despercebidas ao II Governo Provisório e ao MFA, que passam ao contra-ataque anunciando pela comunicação social

⁹ (Movimento das Forças Armadas, 1975: 40)

¹⁰ «Inquérito n.º101/79 – Sigilo Bancário», Arquivo contemporâneo do Ministério das Finanças, Fundo Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, Subfundo Secretaria de Estado do Tesouro, 27- BESCL, ref^a 025542

¹¹ S.a., 1976, 28 de Setembro – *A conspiração da «maioria silenciosa»*, Lisboa, Ed. Avante, p.35

a proibição da manifestação e estabelecendo contactos informais paralelos junto das principais unidades militares de Lisboa. Na prática, o plano operacional do 25 de Abril foi reactivado tendo em conta a possibilidade de um golpe de direita. Entretanto, e através da infiltração de um oficial do MFA numa rede de extrema-direita constituída para a obtenção de armas de guerra, foram detidos a 27 de Setembro vários elementos ligados à organização da manifestação. A essa hora, já as estradas eram controladas por brigadas de civis organizadas pelo movimento sindical e pelos partidos de esquerda (com destaque para o PCP), passando em revista os carros que desejavam entrar em Lisboa e confiscando algumas centenas de armas, a maioria das quais de caça. Os Sindicatos dos Ferroviários, Camionistas e Motoristas denunciaram os objectivos da manifestação e apelaram ao seu boicote pelos respectivos filiados. No Entroncamento, todos os comboios foram parados e passados em revista. Spínola ficou furioso ao tomar conhecimento da proibição da manifestação e da realização de barragens de estrada nos acessos a Lisboa e um pouco por todo o país. Na noite de 27 de Setembro convocou o Conselho de Ministros e, a pretexto «do caos e desordem, anarquia e ruína da economia» intimou o primeiro-ministro a demitir-se e o Governo a aceitar a realização da manifestação, sem sucesso.

Simultaneamente, o COPCON lançou uma vasta operação de detenções, autorizada por Costa Gomes sem conhecimento de Spínola, através da qual foram levados para Caxias vários elementos ligados à ANP, à Legião e à DGS, para além de dirigentes dos partidos de extrema-direita que organizavam a manifestação e outros tantos indivíduos considerados suspeitos de implicação num golpe contra-revolucionário. Um plano desesperado de furar pela força as barragens de estrada e assegurar a livre circulação dos manifestantes em direcção à capital, equacionado na noite de 27 pela comissão organizadora e aprovado pelo próprio Spínola, terá sido impossibilitado por esta operação (Cervelló, 1993: 208). Enviados, inicialmente a seu pedido, destacamentos militares para desmontar as barragens populares e substituí-las por meros pontos de vigilância, rapidamente tomou forma uma colaboração entre civis e militares no controlo da circulação, ao arripio das instruções superiores. Após um conjunto de manobras palacianas frustradas que vieram pôr a nu a fragilidade da sua posição, Spínola compreendeu que a parada estava perdida, aceitando desconvoar a manifestação já de manhã.

A derrota destas movimentações levou uma parte dos envolvidos à prisão de Caxias e outra ao exílio. A 30 de Setembro, a direcção do Sindicato dos Bancários

ordenou o congelamento das suas contas bancárias e a vigilância sobre as respectivas empresas. No rescaldo dos acontecimentos, o editorial do jornal «*Expresso*» não hesitava na interpretação dos acontecimentos:

Quem não tivesse acreditado nos avisos tantas vezes feitos contra a reacção, os seus planos e a sua força verificou que não foram inúteis as precauções tomadas, desde 25 de Abril, no que respeita à intensificação da luta antifascista. A reacção começou a organizar-se na própria madrugada de 26 de Abril. Muitos dos que perderam o poder político em diversos níveis ou que viram perigar o domínio económico que até aí detinham não se conformaram com o novo regime e logo principiaram a conspirar. A conspiração que estava preparada teria como desfecho o regresso de Portugal a um regime antidemocrático. Restabelecer-se-ia então um fascismo porventura disfarçado, regressariam a censura, a PIDE, os privilégios, reacentuar-se-ia a diferença entre os muito ricos e os outros¹².

À boleia do recente exemplo chileno, ganhava fôlego a tese de uma «conspiração da alta finança» e o financiamento de partidos de extrema-direita via-se acrescentado ao bloqueio do crédito, no rol das acusações contra os grandes grupos económicos

4. Governar a economia

A vontade de tranquilizar o capital deu gradualmente lugar à preocupação de controlar o sector financeiro e as instituições do Estado procuraram por todos os meios acompanhar o ritmo da mobilização política e social, de maneira a não serem ultrapassadas pelos acontecimentos. A 12 de Outubro foi nacionalizado o Banco Intercontinental Português e, através do D.L. nº540-A/74, instituiu-se a intervenção do estado na fiscalização e coordenação das empresas em condições difíceis devido à sabotagem económica ou à negligência dos patrões. A 25 de Novembro um novo decreto-lei apurava as modalidades de assistência e intervenção nas empresas em crise económica, prevendo a substituição dos seus administradores. E a 29 de Novembro, através do D.L.nº661/74, foi instituída a designação pelo Ministério das Finanças de delegados do Banco de Portugal junto das instituições de crédito, para um controlo quotidiano das contas, movimentos e actividades dos bancos. A 13 de Dezembro foram presos empresários e administradores da Torralta, do Banco Intercontinental Português,

¹² “A favor de tudo e de todos”, *Expresso*, 30/09/1974, p.10

do Crédito Predial Português e da Sociedade Financeira Portuguesa, acusados de desfalque e de desvios de fundos para o estrangeiro.

Simultaneamente, tomava forma o Programa de Política Económica e Social, exprimindo os anseios e preocupações de «racionalização» económica que há anos preenchiavam páginas de revistas e jornais: projectava uma economia mista com um forte sector público, que permitisse um modelo de desenvolvimento assente no crescimento do mercado interno, na correcção dos desequilíbrios ao nível da repartição de rendimentos, no desenvolvimento das regiões periféricas e no redireccionamento das trocas comerciais. Tratava-se ainda, nas palavras do próprio Melo Antunes, de assegurar um “controlo do poder económico pelo poder político”, prevendo a nacionalização de diversos sectores industriais, mas deixando de fora a banca e os seguros (Governo Provisório da República Portuguesa, 1975: 9). A 3 de Janeiro, uma assembleia de 5 000 bancários aprovou uma moção exigindo a nacionalização da banca, invocando a incompatibilidade entre a estrutura económica herdada do fascismo e a estratégia antimonopolista defendida no Programa do MFA.

É impossível conduzir uma política antimonopolista em favor das camadas menos favorecidas, sem que o governo assuma o controlo efectivo dos sectores-chave da economia, de que a Banca é o mais importante. [...] Até aqui o governo tem nacionalizado os prejuízos de grandes empresas sabotadas propositadamente pelos monopolistas. Não se pode avançar se não se começar a nacionalizar também os imorais lucros dos monopólios. [...] Não tenhamos dúvidas de que, se os banqueiros retomarem o poder político, as reuniões de trabalhadores passarão a ser reprimidas e a polícia será de novo posta ao serviço do patronato, os despedimentos abusivos aumentarão, o trabalho extraordinário deixará de ser pago, como antigamente, os sindicatos serão espartilhados. [...] Temos que ter presente que a liberdade não é uma abstracção. Não há liberdade se coexistirem exploradores e explorados¹³.

Teve início uma nova vaga de lutas sociais dentro das empresas - desta vez com o forte apoio e envolvimento da Intersindical e do PCP - em torno do controlo operário e do saneamento de administradores acusados de sabotagem económica, num movimento que passava agora das reivindicações salariais e laborais à disputa pelo controlo da gestão. Economistas, legisladores e planificadores foram confrontados com o impacto de uma deslocação de poder que favoreceu os trabalhadores assalariados em detrimento dos proprietários e administradores das maiores empresas privadas. Para governar a economia e conter a tumultuosa maré de greves, ocupações e saneamentos,

¹³ *Informação* 58/74, 30/12/1974, Arquivo do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

tornou-se forçoso substituir as cúpulas empresariais por representantes do Estado, garantir a manutenção de postos de trabalho e dos níveis salariais em vigor, aceitar o poder das Comissões sindicais ou de Trabalhadores, combater a sabotagem económica e repensar o funcionamento das empresas em função desta nova correlação de forças. É possível encontrar - nos programas políticos dos três partidos que compunham o Governo provisório, bem como nas intervenções proferidas em assembleias do MFA - posições e medidas que apontavam já para além do horizonte delineado no Plano «Melo Antunes». Mas nenhuma dessas posições e medidas explica o radicalismo e profundidade do processo de nacionalizações que se verificaria depois de Março. Para compreender a velocidade com que se generalizou, no espaço público e no discurso político, a ideia de uma “via portuguesa para o socialismo”, é necessário identificar nas lutas sociais destes meses a génese de vários processos de intervenção do Estado e de autogestão que se seguiriam. A 4 de Março, o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa emitiu um comunicado sugestivamente intitulado “Vigilância contra os sabotadores económicos”, onde a conciliação entre trabalho e capita se apresentava cada vez mais impossível:

A experiência adquirida pelos monopolistas sabotadores e os apoios de que dispõem dentro e fora do país, permite-lhes o aperfeiçoamento dos processos que irão refinando enquanto tal lhes for permitido. Se não aproveitamos também as nossas possibilidades e a nossa experiência para tornar a vigilância cada vez mais eficaz, corremos o risco de deixar pôr em perigo as conquistas já obtidas. A debilidade das medidas tomadas até agora pelo Governo, no que respeita à Banca e a manutenção e colocação em lugares-chave do sector bancário, de pessoas arredadas dos objectivos do Programa do MFA, não são de molde a tranquilizar-nos. ... E das duas uma: ou a banca (e através dela os monopólios) continua estruturada da mesma maneira e subverterá a situação política (regresso à ditadura fascista), ou o poder político a domina fazendo-a actuar de acordo com as necessidades do avanço do processo revolucionário¹⁴.

A luta dos trabalhadores propagara-se ao sistema financeiro pelas próprias características da concentração económica, que agrupava bancos, seguradoras e uma miríade de empresas industriais, comerciais ou de serviços no seio de cada grande grupo económico. A soma de cada aumento salarial, de cada saneamento efectuado, de cada empresa ocupada, podia assumir um impacto considerável na rentabilidade de uma instituição de crédito, ao mesmo tempo que cada irregularidade detectada ou acto de sabotagem económica denunciado vinha reforçar a imagem dos banqueiros

¹⁴ *Informação* 10/75, 04/03/1975, Arquivo do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

conspiradores, dos capitalistas monopolistas, dos patrões reaccionários, cujo poder se tornava necessário combater para defender a própria democracia. A situação de impasse que se vivia no início de Março era bem resumida no relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal:

Nestas conclusões está implícita a ruptura estrutural da economia, que se manifesta pelo facto de terem deixado de funcionar os mecanismos que, noutras circunstâncias, conduziram ao reequilíbrio do sistema. Verifica-se isso, por exemplo, na ausência de resposta do investimento ao aumento do consumo, bem como na coexistência do desemprego com subidas de salários, pontos, aliás, interligados e que demonstram a quebra de coerência interna do sistema por acção de factores político-sociais que, na lógica da economia de conjuntura, teriam de considerar-se fixos. O que fica assim em jogo, é, portanto, a definição de uma nova coerência e de um novo tipo de equilíbrio, dependendo, em grande parte, de factores estranhos ao domínio económico¹⁵.

Um novo equilíbrio, uma nova coerência, uma nova relação entre poder político e poder económico – o conjunto de discursos, actos e decisões tomadas entre o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975 apontavam repetidamente para a centralidade dos conflitos no interior das empresas no processo de reconfiguração da economia portuguesa.

5. «O dobre de finados dos grupos monopolistas»

Foi por isso fácil à direcção do Sindicato dos Bancários, na manhã de 11 de Março, pouco depois do primeiro ataques ao RAL1 por aviões provenientes da Base de Tancos às ordens de Spínola, dar uma prova categórica da sua força, encerrando todas as instituições com uma circular tão curta como esclarecedora: "Camaradas, face à tentativa desesperada dos restos da escumalha fascista, o sindicato de Lisboa decidiu: encerrar os bancos, mantendo a estrutura sindical a vigilância aos sectores fundamentais; não permitir o acesso aos estabelecimentos bancários às administrações". Tendo assumido até aí as funções de um poder paralelo, uma sombra continuamente pairando sobre os movimentos bancários, o Sindicato tomou pura e simplesmente controlo dos bancos entre 11 e 15 de Março, organizando piquetes que guardaram as instalações e se apoderaram das chaves dos cofres. Vencida a tentativa de golpe, a 13 de Março um novo comunicado voltava a deixar claro o poder sindical: "A necessidade de adaptar as actuais estruturas das empresas bancárias aparece como consequência lógica

¹⁵ (Banco de Portuga, 1975: 215)

da nova situação política conquistada. [...] Como ainda não foi possível realizar tudo o que consideramos necessário para que estes objectivos sejam alcançados, torna-se prematura a abertura dos bancos imediatamente". Foi perante esta capacidade de controlar, de facto, o sistema bancário, quando os próprios bancários se preparavam para reunir em Assembleia Geral e deliberar acerca dos passos a seguir, que o recém-formado Conselho da Revolução tomou, na noite de 14 de Março, a decisão de nacionalizar a banca e os seguros. Anunciada, a medida teve o imediato apoio dos partidos que integravam o Governo (PCP, MDP-CDE, PS e PPD), sendo celebrada nos principais centros urbanos por enormes manifestações de apoio. Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, não escondia a sua alegria num comício realizado poucos dias depois, onde afirmou que "os grandes capitalistas deixaram de ser Reis de Portugal" e que a "nacionalização da banca e dos seguros é o dobre de finados dos grupos monopolistas".

O vasto processo de nacionalizações levado a cabo pelo IV e V Governos provisórios foi apontado ao património dos grandes grupos económicos e efectuado por sectores de actividade, com o intuito de organizar a produção e controlar sectores estratégicos para o funcionamento global da economia. Empresas dispersas pelo conjunto dos grupos económicos foram subordinadas a um único centro de decisão e orientadas por uma política económica global. O Estado chegou ao final do Verão de 1975 com o controlo sobre cerca de 19,8% do PIB, 30% da Formação Bruta de Capital Fixo e 6,5% da força de trabalho activa em Portugal. As nacionalizações foram consideradas elementos fundamentais da transição socialista, segundo as decisões tomadas a 19 de Abril, numa Assembleia do MFA, num contexto em que, como defendia Mário Murteira (o novo Ministro da Coordenação Económica do IV Governo Provisório) era "necessário e imperioso reconstruir a economia por via do socialismo" (Murteira, 1975: 14-15). A nacionalização dos sectores básicos de actividade económica (indústria, transportes e comunicações) e um programa progressivo de reforma agrária seriam a base fundamental de um novo modelo de acumulação socialista, procurando responder aos principais problemas da economia portuguesa, através do que Mário Murteira chamou o «anti-plano» (idem: 146-148): romper as relações de dependência externa, organizar sectorialmente a economia retirando ao mercado a determinação da produção, fazer valer princípios de utilidade social contrapostos aos princípios de rentabilidade, adaptar as relações laborais às exigências dos sectores mais combativos e organizados da classe trabalhadora, controlar os fluxos monetários, viabilizar empresas

gravemente descapitalizadas ou simplesmente insustentáveis a curto-prazo e assegurar os rendimentos dos trabalhadores assalariados, dos agricultores e dos pequenos e médios empresários, a base social indispensável do processo revolucionário. O eixo central desta transição socialista consistia em canalizar a acção colectiva dos trabalhadores para a estruturação de uma economia planificada, permitindo a recomposição do Estado numa época em que a legalidade e a propriedade eram desafiadas ou simplesmente contornadas permanentemente. Uma expressão concentrava em si o centro de gravidade da reconstrução socialista da economia, ao referir o “controlo organizado da produção pelos trabalhadores”, frisando que este ficaria subordinado a “objectivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos estatais de planeamento”. Os trabalhadores controlavam o que os órgãos do Estado coordenavam e planeavam.

6. «A banca ao serviço do povo»

Os problemas de financiamento que resultavam das intervenções, nacionalizações e expropriações de empresas e propriedades agrícolas, tornaram o sistema bancário o ponto nevrálgico da intervenção do Estado na economia, acentuando a importância da emissão monetária e do crédito. A articulação entre as necessidades da transição socialista e a natureza tecnicamente complexa do sector criou uma ambivalência fundamental no seu funcionamento: a banca nacionalizada deveria permitir que "os trabalhadores sentissem que a economia já não lhes era estranha", respondendo aos problemas de financiamento das empresas nacionalizadas ou intervencionadas, sem comprometer a sua própria liquidez e solvabilidade, ou seja, fazendo o seu apoio depender do cumprimento de um conjunto de requisitos formais e contabilísticos, que permitisse a substituição da gestão patronal pelo poder dos trabalhadores, sem comprometer o funcionamento das empresas e do conjunto da economia. Na sequência da nacionalização da banca, o Governo delegou as funções de gestão em Comissões Administrativas, sob a tutela do Banco de Portugal, do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado do Tesouro, ainda que as organizações sindicais continuassem a desempenhar um papel determinante no funcionamento interno das instituições, com o direito de vetar a nomeação de novos gestores e a capacidade de influenciar a concessão de crédito a empresas intervencionadas ou em autogestão. A tutela sobre as instituições de crédito nacionalizadas foi atribuída ao Banco de Portugal,

através da Comissão Executiva do Conselho de Administração, assessorada por um Serviço de Coordenação da Actividade Bancária dirigido por Octávio Teixeira. Na sua sede realizavam-se reuniões periódicas da Comissão Coordenadora das Instituições de Crédito, “a quem foi cometida a dinamização e coordenação da actividade das diversas instituições”¹⁶. Foram também criados vários grupos de Trabalho, encarregues de estudar a resolução dos principais problemas que resultavam da gestão quotidiana das instituições de crédito: das participações financeiras da banca à uniformização das relações laborais, da constituição de uma central de risco à unificação dos serviços de contencioso, do apoio às PME ao Crédito Agrícola de Emergência. A Comissão de Reestruturação do Sistema Bancário foi criada a 6 de Maio, integrando representantes do Ministério das Finanças, da Secretaria de Estado do Planeamento Económico, do Banco de Portugal e dos Sindicatos Bancários¹⁷. Procurou-se racionalizar o funcionamento da banca nacionalizada, tirando vantagem das economias de escala que poderiam resultar da coordenação entre departamentos de várias instituições de crédito, por via da eliminação da concorrência e do aperfeiçoamento dos serviços interbancários. No imediato, tratava-se simplesmente de fazer o sistema bancário funcionar de maneira a evitar que a conjuntura económica se agravasse. As Comissões Administrativas procuraram assegurar financiamentos a curto prazo e créditos de emergência, tentando regularizar as situações em que Comissões de Trabalhadores tomavam conta das empresas e solicitavam o acesso às respectivas contas bancárias, acorrendo às solicitações de pequenos e médios empresários de sectores em crise, improvisando esquemas de apoio sectorial. Foram definidas linhas de orientação e prioridades em matéria de aplicação de recursos (sector agrícola, construção civil e actividades exportadoras) e adoptados novos critérios para a apreciação dos pedidos de crédito, privilegiando a criação de empregos, a produção de bens essenciais e as actividades exportadoras em detrimento da rentabilidade. O plano de reestruturação da banca incluía a fusão das casas bancárias em bancos maiores, a criação de instituições especializadas em sectores prioritários (agricultura, comércio externo, construção civil e habitação) e a reformulação da rede de agências bancárias para assegurar a cobertura integral do território português, entre outras medidas de natureza administrativa ou financeira. Na

¹⁶ «A coordenação das instituições de crédito pelo Banco de Portugal», Arquivo contemporâneo do Ministério das Finanças, Fundo Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, 16- Banco de Portugal, ref^o054957

¹⁷ «A coordenação das instituições de crédito pelo Banco de Portugal», Arquivo contemporâneo do Ministério das Finanças, Fundo Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, 16- Banco de Portugal, ref^o054957

cúpula do sistema ficaria o Banco de Portugal, cujo estatuto se veria alterado por uma nova Lei Orgânica. Foram elaborados vários projectos, mas todas as alterações de fundo ao nível do funcionamento e da orgânica da banca nacionalizada ficaram a aguardar uma clarificação da situação política, vindo a ser abandonadas, ou profundamente revistas ao longo dos meses seguintes.

7. A economia da contra-revolução

No final do Verão reuniram-se finalmente as condições para que a revolução começasse o seu percurso descendente. Vários sindicatos fundamentais no sector dos serviços - Bancários, Seguros e Trabalhadores de Escritório, por exemplo - foram conquistados eleitoralmente por listas formadas por militantes do PS, do PPD e do MRPP, favoráveis às nacionalizações mas hostis ao Secretariado da Intersindical. O VI Governo Provisório, formado na sequência da Assembleia do MFA realizada em Tancos, veio consagrar esta inversão da correlação de forças. O substancial reforço da participação do PS e do PPD em detrimento do PCP e do MDP/CDE, bem como o afastamento de Vasco Gonçalves e as alterações da composição do Conselho da Revolução, favoráveis aos militares politicamente mais moderados, criaram as condições para uma “normalização” da situação política portuguesa. O controlo e estabilização da situação económica foi uma das preocupações mais evidentes e Francisco Salgado Zenha, o novo Ministro das Finanças, começou por colocar José Silva Lopes no Governo do Banco de Portugal, acompanhado por António Costa Leal e Emílio Vilar como Vice-Governadores, entrando Joaquim Mestre, Walter Marques, António Loureiro Borges e Alberto dos Santos Ramalheira para o Conselho de Administração (Banco de Portugal, 1976: 87). A “transição para o socialismo” teria doravante que se processar no quadro de uma economia de mercado com preços politicamente fixados, com um sector público de dimensões consideráveis, mas desprovido de uma estratégia comum de desenvolvimento, apesar de a Constituição, aprovada em Abril de 1976 considerar as nacionalizações e a reforma agrária “conquistas irreversíveis do povo português”. As medidas tomadas até ao final de 1975 pelo VI Governo Provisório revelaram-se inteiramente coerentes em face desses objectivos essenciais. No plano da organização e funcionamento do sistema bancário, adoptou-se uma Lei Orgânica do Banco de Portugal na qual a coordenação do conjunto

do sistema bancário segundo um esquema de planificação dava lugar à gestão de cada instituição em regime de concorrência. O último passo foi a substituição dos elementos que se haviam destacado na coordenação da banca nacionalizada e do seu processo de reestruturação, com as Comissões Administrativas a serem substituídas a 6 de Janeiro de 1976 por Conselhos de Gestão escolhidos pelo VI Governo Provisório.

Aparentemente – e na ausência de dados completos - os resultados da banca nacionalizada variaram em função da situação financeira e contabilística herdada pelas diferentes Comissões Administrativas, mais do que da sua respectiva competência ao nível da gestão. Em resultado da política de concessão de crédito e de expansão de meios de pagamento, as reservas em divisas sofreram uma contracção de 24 milhões de contos. Grande parte da liquidez injectada na economia serviu para fazer face ao crescimento dos encargos salariais e suportar o défice da balança de pagamentos, correspondente a 7,3% do valor do PIB. A economia sofreu uma contracção estimada em 3% do valor do PIB, motivada sobretudo pela crise do sector secundário, parcialmente compensada pela expansão do mercado interno: as indústrias alimentares, bebidas e tabacos registaram um crescimento de 27,8%, em virtude dos limites à importação num contexto de forte acréscimo da procura, possibilitado pela expansão da massa salarial (Banco de Portugal, 1976: 64). Apesar da difícil conjuntura de 1975 - declínio da actividade produtiva, aumento do desemprego, elevada taxa de inflação e agravamento do défice da balança de pagamentos – a liquidez injectada pelo Banco de Portugal impediu uma depressão mais acentuada e favoreceu a retoma verificada em 1976, como sublinhou um trio de economistas do MIT ao serviço da OCDE (Graham e Makler, 1979: 305-307).

Não é este o espaço para fazer um balanço dos dois anos posteriores à revolução portuguesa. Bastará sublinhar que a imagem de um processo revolucionário catastrófico para a economia - atravessado por inumeráveis excessos, pelo ataque desenfreado à propriedade privada e por opções financeiramente ruinosas - parece ajustar-se mal, tanto às conclusões destes economistas, como à constatação de que os dois anos seguintes permitiram a continuação de políticas expansionistas através do crédito bancário, que se expandiu em 1977 a um nível sem precedentes (CARDOSO, 1980: 80-81). A imagem clássica de uma revolução perdulária funcionou duradouramente como um elemento simbólico fundamental da economia política da contrarrevolução, motivando a devolução de empresas intervencionadas ou autogeridas aos seus antigos proprietários, o boicote da reforma agrária e a adopção de medidas de austeridade e contracção

salarial. A “irreversibilidade das nacionalizações e da reforma agrária”, consagrada na Constituição em Abril de 1976, tornou-se uma mera figura de estilo a partir do momento em que a relação de forças se deslocou decisivamente a favor do capital. A propriedade estatal das empresas conviveu bem – ainda que nem sempre do modo mais eficiente, em virtude do clientelismo que passou a presidir à nomeação dos seus gestores – com as lógicas da rentabilidade mercantil. O inevitável programa de privatizações ficou à espera de um momento oportuno, que o ambiente da década de oitenta e o reforço da integração europeia viriam proporcionar.

Bibliografia:

BANCO DE PORTUGAL (1975) - *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal – Gerência de 1974* II Volumes. Lisboa: Banco de Portugal

BANCO DE PORTUGAL (1976) - *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal – Gerência de 1975* II Volumes. Lisboa: Banco de Portugal

BERNARDO, Manuel (2004) - *Memórias da revolução – Portugal 1974-75*. Lisboa: Prefácio

CARDOSO, Maria Teodora (1980) - A política monetária e a balança de pagamentos – 1976/78. In AAVV (1980) - *2ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/The German Marsall Fund of the United States pp.73-99

CARVALHO, Camilo; ANTUNES, J. Carvalheira; FERREIRA, Serafim (Coord.) (1975) - *Sabotagem económica - «Dossier» Banco Espírito Santo*. Lisboa: Diabril

CEREZALES, Diego Palácios (2003) - *O poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

CERVELLÓ, Josep Sánchez (1993) - *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio & Alvim

DORNBUSCH, Rudiger; ECKAUS, Richard S.; TAYLOR, Lance (1979) - Analysis and projections of Macroeconomic conditions in Portugal. In GRAHAM, Lawrence S.,

MAKLER, Harry M. (Dir.), *Contemporary Portugal – The Revolution and its antecedents*. Austin, University of Texas Press, Austin, pp.305-307

FERNANDES, Filipe; SANTOS, Hermínio (2005) - *Excomungados de Abril*. Lisboa: D. Quixote

FERREIRA, Celso (1977) - Banca nacionalizada: de onde vem, para onde vai??. *Economia e Socialismo* n°17

GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1975) - *Programa de política económica e social*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

MELLO, Fernando Ribeiro de (Ed.) (1976) - *Dossier 2ª República* 1º Volume. Lisboa: Edições Afrodite

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (1975) - *Relatório sobre o 28 de Setembro*. Lisboa

MURTEIRA, Mário (1975) - *Textos de política económica*. Lisboa: Serviços Sociais dos Trabalhadores da CGD

MURTEIRA, Mário (1979), *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*. Lisboa: Presença

NORONHA, Ricardo (2012) - Lutas sociais e nacionalizações (1975-75): "A banca ao serviço do povo". In VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias (2012) - *Greves e conflitos sociais Portugal no século XX*. Lisboa: Colibri

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1976) - *28 de Setembro – A conspiração da «maioria silenciosa*. Lisboa: Ed. Avante!

RIBEIRO, José Félix; FERNANDES, Lino Gomes; RAMOS, Maria Manuel Carreira (1987) - Grande indústria, banca e grupos financeiros —1953-73. *Análise Social* Vol. XXIII (99), 45-1018

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias (1975) - As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril: da reivindicação económica ao movimento político – 1ª fase. *Análise Social*, Vol. XI (42-43), 266-334.

SANTOS, Américo Ramos dos (1977) - Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais. *Análise Social* Vol. XIII (49), 69-95

SOUSA, Alfredo de; FERREIRA, Eurico (1976) - *Em defesa da democracia*. Lisboa: Perspectivas e Realidades

Recebido em dezembro de 2012/ aprovado em maio de 2013